



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIA CLARA SANTOS DA SILVA

**ECONOMIA DO CRIME: A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE SOCIAL E
VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (PE) ENTRE
2010 e 2022**

RECIFE

2026

MARIA CLARA SANTOS DA SILVA

**ECONOMIA DO CRIME: A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE SOCIAL E
VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (PE) ENTRE
2010 e 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Rural de Pernambuco –
UFRPE, como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.
Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina
Guimarães Carneiro.

RECIFE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

S586e Silva, Maria Clara Santos da.
Economia do crime: a relação entre desigualdade social e violência no município do Cabo de Santo Agostinho (PE) entre 2010 e 2022 / Maria Clara Santos da Silva. – Recife, 2026.
44 f.

Orientador(a): Ana Cristina Guimarães Carneiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Crime - Aspectos econômicos - Cabo de Santo Agostinho (PE). 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desigualdades sociais. 4. Violência urbana 5. Segurança Pública. I. Carneiro, Ana Cristina Guimarães, orient. II. Título

CDD 330

MARIA CLARA SANTOS DA SILVA

**ECONOMIA DO CRIME: A RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE SOCIAL E
VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO (PE) ENTRE
2010 e 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal Rural de Pernambuco –
UFRPE, como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 06/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr. (a) ANA CRISTINA GUIMARÃES CARNEIRO (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. PETRUS ALVES FREITAS (Avaliador)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. (a) Dr.(a) KEYNIS CÂNDIDO DE SOUTO (Avaliador)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para superar os desafios enfrentados ao longo desta trajetória acadêmica.

Aos meus pais, **Marcos Antônio e Marluce Santos**, expresso minha mais profunda gratidão por todo o amor, apoio, incentivo e compreensão durante esta caminhada. Obrigada por acreditarem em mim, por estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis e por compreenderem minhas ausências, o cansaço das longas jornadas de estudo e os inúmeros desafios enfrentados até a conclusão deste trabalho.

Ao meu irmão, **Mário Bernardo**, pelo carinho, apoio e incentivo constantes, que foram fundamentais para que eu mantivesse a motivação necessária para alcançar este objetivo.

Aos meus familiares, que sempre me ofereceram conselhos, palavras de encorajamento e apoio ao longo da minha trajetória acadêmica. De maneira especial, aos meus tios, **Antonio dos Santos e Marlene Maria**, por toda a acolhida, generosidade e suporte nos momentos em que precisei permanecer longe de casa em razão da distância.

À professora **Ana Cristina Guimarães**, minha orientadora, pela dedicação, paciência, disponibilidade e pelos valiosos ensinamentos compartilhados durante a elaboração deste trabalho. Sua orientação e incentivo foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa e para o meu crescimento acadêmico.

Aos professores do **Curso de Ciências Econômicas**, pelos conhecimentos transmitidos, pelas contribuições para minha formação profissional e pelo estímulo constante à busca pelo conhecimento.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e para a conclusão desta importante etapa da minha vida.

RESUMO

O crescimento econômico é frequentemente associado à melhoria das condições de vida da população. Mas quando os benefícios desse desenvolvimento não são distribuídos de forma justa, a desigualdade social pode persistir e isso afeta a taxa de violência. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo examinar a relação entre desigualdade social e violência no município de Cabo de Santo Agostinho (PE) no âmbito da Economia do Crime. Trata-se de um estudo de caso, com abordagem quantitativa e explicativa, utilizando dados secundários do IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE) e outros bancos de dados oficiais. Foram investigados indicadores econômicos, sociais e de segurança pública, e avaliados o PIB, PIB per capita, VAB, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Gini, população de residentes em favelas, favelas e Mortes Violentas Intencionais (MVI). Os resultados mostraram que o município experimentou um crescimento econômico significativo devido à expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape, refletido no aumento do PIB e do PIB per capita. Mas o crescimento não foi acompanhado, na mesma medida, por uma redução das desigualdades sociais e da violência. O número de favelas aumentou, a violência letal permaneceu alta e o Índice de Gini mostrou uma ligeira diminuição, indicando que o desenvolvimento econômico não foi distribuído igualmente entre todas as pessoas. Conclui-se que, embora o crescimento econômico seja um fator importante no desenvolvimento local, ele não é suficiente para reduzir a criminalidade quando não está associado a políticas públicas voltadas à inclusão social, à redução das desigualdades e à ampliação das oportunidades econômicas, evidenciando que o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado por avanços sociais para produzir efeitos duradouros sobre a segurança pública.

Palavras-chave: Economia do Crime; Desenvolvimento Econômico; Desigualdade Social; Violência Urbana; Segurança Pública.

ABSTRACT

Economic growth is often associated with improvements in the population's living conditions. However, when the benefits of such development are not distributed equitably, social inequality can persist, thereby affecting violence rates. In this context, this study aimed to examine the relationship between social inequality and violence in the municipality of Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco, Brazil) through the lens of the economics of crime. This is a case study employing a quantitative and explanatory approach, utilizing secondary data from the IBGE, the Human Development Atlas, the Institute for Applied Economic Research (IPEA), the Pernambuco Secretariat of Social Defense (SDS-PE), and other official databases. Economic, social, and public security indicators were investigated, including GDP, GDP per capita, Gross Value Added (GVA), the Municipal Human Development Index (MHDI), the Gini Index, the slum-dwelling population, the number of slums, and Intentional Violent Deaths (IVD). The results showed that the municipality experienced significant economic growth driven by the expansion of the Suape Port-Industrial Complex, as reflected in the rise of both GDP and GDP per capita. However, this growth was not matched by a commensurate reduction in social inequality or violence. The number of slums increased, lethal violence remained high, and the Gini Index showed only a slight decrease, indicating that economic development was not distributed equally among the population. The study concludes that while economic growth is a key factor in local development, it is insufficient to reduce crime unless accompanied by public policies aimed at social inclusion, inequality reduction, and the expansion of economic opportunities; this highlights that economic development must be paired with social progress to yield lasting effects on public security.

Keywords: Economics of Crime; Economic Development; Social Inequality; Urban Violence; Public Security.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Variação do PIB Brasileiro, Pernambucano e municipal, 2011 a 2022 (%)	
.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Relação das Variáveis e Banco de Dados utilizados	20
Tabela 02 - Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000)	22
Tabela 03 - VAB nacional, do estado de Pernambuco e Município analisado, 2010 a 2022 (%)	24
Tabela 04 - Tabela 04 - PIB per capita (em reais) nacional, estadual e municipal, 2011-2021.....	25
Tabela 05 - IDH brasileiro, PE e do Município do Cabo (2000-2010)	30
Tabela 06 - População Residente (pessoas) do Brasil, Pernambuco e município do Cabo, 2000 a 2022	32
Tabela 07 - Variação percentual da população residente por censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (pessoas)	33
Tabela 08 – Número de pessoas residentes em favelas por região geográfica, Censo 2010 e 2022 (pessoas)	34
Tabela 09 – Número de Favelas por Região Geográfica, Censos 2010 e 2022	35
Tabela 10 – Evolução das Mortes Violentas Intencionais (MVI), População Residente e Taxa por 100 mil Habitantes em Pernambuco e Cabo de Santo Agostinho, 2011–2021	36
Tabela 11 - Evolução do PIB, PIB per capita e Mortes Violentas Intencionais em Pernambuco e Cabo de Santo Agostinho (2011–2021)	39
Tabela 12 - Evolução da Desigualdade de Renda medida pelo Índice de Gini, 2000 – 2010	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 ECONOMIA DO CRIME	14
2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	14
3. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	15
4. METODOLOGIA.....	17
4.1 DADOS	20
5. RESULTADOS.....	21
5.1 INDICADORES ECONÔMICOS.....	21
5.1.1 Produto Interno Bruto (PIB).....	21
5.1.2 VAB por Setor	23
5.1.3 Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita).....	25
5.1.4 Relação entre Desigualdade Social e Violência	27
5.2 INDICADORES SOCIAIS	29
5.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios.....	29
5.2.2 Evolução da População Residente dos Municípios	31
5.2.3 Número de Pessoas Residentes em Favelas e Número de Favelas.....	34
5.3 INDICADORES DE SEGURANÇA PÚBLICA	36
5.3.1 Evolução das Mortes Violentas Intencionais.....	36
5.3.2 Relação entre Crescimento Econômico e Violência.....	38
6. CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS	43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

BDE – Base de Dados do Estado de Pernambuco

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDH-E – Índice de Desenvolvimento Humano – Educação

IDH-L – Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade

IDH-R – Índice de Desenvolvimento Humano – Renda

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MVI – Mortes Violentas Intencionais

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PIB per capita – Produto Interno Bruto por Habitante

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SDS – Secretaria de Defesa Social de Pernambuco

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros

VAB – Valor Adicionado Bruto

1. INTRODUÇÃO

A violência constitui um dos principais desafios ao desenvolvimento econômico e social no Brasil, produzindo impactos que ultrapassam os custos humanos decorrentes da criminalidade. Além de comprometer a segurança da população, a violência reduz a atratividade para investimentos, dificulta a atividade econômica, eleva os gastos públicos com segurança e saúde e contribui para a manutenção de desigualdades sociais. Nesse contexto, compreender os fatores associados à criminalidade torna-se fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida.

A partir da década de 1960, o crime passou a ser analisado também sob a perspectiva econômica, especialmente com os estudos de Becker (1968), considerado o principal precursor da Teoria Econômica do Crime. Segundo o autor, a prática de atividades criminosas pode ser compreendida como resultado de uma escolha racional, na qual os indivíduos comparam os benefícios esperados da atividade ilícita aos custos associados à punição e à probabilidade de detecção. Sob essa perspectiva, fatores como desigualdade de renda, pobreza, desemprego, baixa escolaridade e restrições ao acesso a oportunidades econômicas podem influenciar os níveis de criminalidade.

Estudos posteriores ampliaram esse debate ao demonstrar que o crescimento econômico, embora essencial para a geração de emprego, renda e riqueza, não garante, por si só, melhorias sociais capazes de reduzir a violência. Quando os benefícios do desenvolvimento permanecem concentrados em determinados grupos sociais, podem persistir elevados níveis de desigualdade, vulnerabilidade social e exclusão, fatores frequentemente associados ao aumento da criminalidade.

Nesse contexto, o município de Cabo de Santo Agostinho apresenta características que justificam sua escolha como objeto deste estudo. Localizado na Região Metropolitana do Recife, o município passou por profundas transformações econômicas a partir da consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape, um dos principais polos industriais e logísticos do Nordeste brasileiro. A expansão desse complexo contribuiu para o crescimento da atividade industrial, da geração de empregos, do Produto Interno Bruto (PIB) e da participação econômica do município no estado de Pernambuco, consolidando-o como um dos principais centros produtivos da região.

Entretanto, os benefícios decorrentes desse processo de crescimento econômico não foram distribuídos de forma homogênea entre a população. Apesar dos avanços

econômicos observados nas últimas décadas, o município ainda apresenta importantes desafios relacionados à desigualdade social, à ocupação urbana, às condições de moradia e à violência. Esse contraste evidencia que a expansão da atividade econômica não foi necessariamente acompanhada por melhorias equivalentes nos indicadores sociais e de segurança pública.

Diante desse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: **o crescimento econômico observado em Cabo de Santo Agostinho foi acompanhado por avanços sociais capazes de reduzir as desigualdades e os níveis de violência, ou esses problemas permaneceram mesmo após a expansão econômica do município?**

Para responder a essa questão, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre desigualdade social e violência no município de Cabo de Santo Agostinho, à luz da Teoria Econômica do Crime, por meio da análise da evolução de indicadores econômicos, sociais e de segurança pública no período de 2010 a 2022.

A pesquisa justifica-se tanto por sua relevância acadêmica quanto por sua contribuição para a formulação de políticas públicas. Do ponto de vista científico, busca ampliar as discussões sobre a Economia do Crime em âmbito municipal, relacionando crescimento econômico, desigualdade social e violência. Sob a perspectiva prática, os resultados poderão contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelo município e fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas voltadas à redução das desigualdades sociais e da criminalidade.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em quatro capítulos. O Capítulo 2 explica a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O Capítulo 3 apresenta um panorama histórico da evolução econômica e social do município de Cabo de Santo Agostinho. O Capítulo 4 descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. O Capítulo 5 apresenta e discute os resultados obtidos por meio da análise dos indicadores econômicos, sociais e de segurança pública. Por fim, o Capítulo 6 reúne as conclusões do estudo, destacando as principais evidências encontradas e suas implicações para a compreensão da relação entre desigualdade social e violência no município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ECONOMIA DO CRIME

A Economia do Crime constitui um campo da Ciência Econômica dedicado à análise dos fatores econômicos e sociais que influenciam a ocorrência da criminalidade. Diferentemente das abordagens tradicionais da criminologia, que enfatizam aspectos psicológicos, sociológicos ou jurídicos, essa corrente busca compreender o comportamento criminoso por meio dos princípios da teoria econômica.

O principal marco dessa abordagem é o trabalho desenvolvido por Gary Becker (1968), que introduziu a Teoria Econômica do Crime. Segundo o autor, a decisão de praticar um delito decorre de uma escolha racional, na qual o indivíduo compara os benefícios esperados da atividade ilícita com os custos associados à punição, à probabilidade de prisão e às oportunidades disponíveis no mercado de trabalho legal.

Sob essa perspectiva, fatores como desemprego, pobreza, desigualdade de renda, baixa escolaridade e ausência de oportunidades econômicas aumentam os incentivos para a prática de atividades ilícitas. Quanto menores forem as oportunidades de inserção produtiva e de ascensão social, maiores tendem a ser os incentivos econômicos para o ingresso na criminalidade.

Posteriormente, diversos estudos ampliaram essa abordagem ao demonstrar que a criminalidade também está relacionada à exclusão social, à concentração de renda e às limitações de acesso aos serviços públicos. Dessa forma, políticas voltadas apenas ao crescimento econômico podem não produzir impactos significativos sobre a redução da violência quando não promovem inclusão social e melhoria das condições de vida da população.

Nesse contexto, a Economia do Crime fornece importante fundamento teórico para compreender a realidade do município de Cabo de Santo Agostinho, cuja expansão econômica esteve associada à implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, sem que esse processo fosse acompanhado, na mesma intensidade, pela redução das desigualdades sociais e dos índices de violência.

2.2 CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, crescimento econômico e desenvolvimento econômico representam conceitos distintos na literatura econômica.

O crescimento econômico refere-se ao aumento da produção de bens e serviços de uma economia durante determinado período, sendo normalmente mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB), pelo PIB per capita e pelo Valor Adicionado Bruto (VAB). Esse crescimento demonstra a expansão da atividade econômica e da geração de riqueza, mas não permite avaliar como esses benefícios são distribuídos entre a população.

Já o desenvolvimento econômico possui caráter mais abrangente. Além do crescimento da produção, envolve melhorias nas condições de vida da população, incluindo avanços na educação, saúde, habitação, distribuição da renda, geração de empregos, redução da pobreza e ampliação das oportunidades econômicas.

Segundo Amartya Sen (2010), o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades humanas, permitindo que os indivíduos tenham acesso às capacidades necessárias para melhorar sua qualidade de vida. Assim, o crescimento da renda constitui apenas um dos elementos do desenvolvimento, sendo insuficiente quando não acompanhado por avanços sociais.

Nesse sentido, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador complementar ao PIB, incorporando dimensões relacionadas à renda, educação e longevidade. Essa abordagem evidencia que o desempenho econômico não pode ser analisado exclusivamente pelo aumento da produção, mas também pelos impactos sociais decorrentes desse crescimento.

Essa distinção é essencial para a presente pesquisa. Embora Cabo de Santo Agostinho tenha apresentado expressivo crescimento econômico nas últimas décadas, impulsionado pela expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape, os indicadores sociais demonstram que parte significativa da população continuou convivendo com desigualdade, vulnerabilidade social e elevados índices de violência. Dessa forma, torna-se necessário avaliar se a riqueza produzida foi efetivamente convertida em desenvolvimento econômico e social.

3. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

O município de Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana do Recife, destaca-se por sua importância histórica e econômica para o estado de Pernambuco. Com área territorial de aproximadamente 445 km², o município apresentou expressivo crescimento populacional nas últimas décadas, passando de 185.025

habitantes, no Censo Demográfico de 2010, para 203.440 habitantes em 2022, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse crescimento demográfico acompanhou as transformações econômicas ocorridas na região, especialmente aquelas relacionadas à implantação e à consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape.

Historicamente, a economia do município esteve vinculada à atividade canavieira, que durante séculos constituiu a principal base econômica da região. A produção de açúcar impulsionou o desenvolvimento dos engenhos e contribuiu para a ocupação territorial e a formação socioeconômica do município. Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, e principalmente com a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, observou-se uma significativa alteração na estrutura produtiva local.

A consolidação de Suape representou um marco para o desenvolvimento econômico do Cabo de Santo Agostinho. A instalação de indústrias, empresas de logística, estaleiros e empreendimentos portuários ampliou a capacidade produtiva do município, estimulando investimentos públicos e privados, gerando empregos e fortalecendo a atividade econômica regional. Como consequência, o município passou a ocupar posição de destaque na economia pernambucana, figurando entre aqueles de maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

O crescimento econômico observado nas últimas décadas refletiu-se em diversos indicadores, como o aumento do Produto Interno Bruto, da participação da indústria na composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) e do PIB per capita. Esses resultados evidenciam a importância estratégica do Complexo Industrial Portuário de Suape para a economia local, consolidando o município como um dos principais polos industriais e logísticos do Nordeste brasileiro.

Entretanto, o crescimento econômico não foi acompanhado, na mesma intensidade, por melhorias nos indicadores sociais. A literatura sobre desenvolvimento regional destaca que processos de industrialização acelerada podem ampliar a geração de riqueza sem, necessariamente, promover sua distribuição de forma equitativa entre a população. Nesse contexto, persistem desafios relacionados à desigualdade de renda, às condições de moradia, ao acesso aos serviços públicos e à vulnerabilidade social, aspectos que continuam presentes em diferentes áreas do município.

No campo do desenvolvimento humano, Cabo de Santo Agostinho apresentou avanços importantes nas últimas décadas, refletidos na evolução do Índice de

Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Apesar dessa melhoria, o município ainda apresenta indicadores inferiores à média nacional em algumas dimensões, demonstrando que o crescimento econômico, isoladamente, não foi suficiente para eliminar as desigualdades sociais existentes.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à dinâmica da violência. Mesmo diante da expansão econômica proporcionada por Suape, o município permaneceu entre aqueles com elevados índices de criminalidade em Pernambuco. Estudos sobre Economia do Crime demonstram que a coexistência entre crescimento econômico e elevados níveis de desigualdade pode favorecer a manutenção de elevados índices de violência, especialmente quando parcela significativa da população permanece em situação de vulnerabilidade social.

Esse contexto evidencia que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social não evoluem, necessariamente, no mesmo ritmo. Embora o município tenha ampliado sua capacidade de geração de riqueza e fortalecido sua estrutura produtiva, persistem desafios relacionados à inclusão social, à distribuição da renda e à segurança pública. Dessa forma, compreender a relação entre desigualdade social e violência em Cabo de Santo Agostinho constitui elemento fundamental para avaliar se os benefícios do crescimento econômico foram capazes de produzir melhorias efetivas nas condições de vida da população.

A análise desse processo histórico fundamenta a presente pesquisa e fornece o contexto necessário para a investigação desenvolvida nos capítulos seguintes, nos quais são examinados os indicadores econômicos, sociais e de segurança pública que permitem avaliar a relação entre crescimento econômico, desigualdade social e violência no município.

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, com abordagem quantitativa, objetivo explicativo e procedimento metodológico de estudo de caso, tendo como unidade de análise o município de Cabo de Santo Agostinho, localizado na Região Metropolitana do Recife, no estado de Pernambuco.

A opção pelo estudo de caso justifica-se pelas características econômicas e sociais do município, que passou por intensas transformações decorrentes da implantação e expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape. Esse processo resultou em

expressivo crescimento econômico, tornando o município um objeto de análise relevante para investigar se a expansão da atividade econômica foi acompanhada por melhorias sociais capazes de reduzir as desigualdades e os níveis de violência.

A pesquisa possui abordagem quantitativa por utilizar indicadores econômicos, sociais e de segurança pública obtidos em bases de dados oficiais. A análise fundamenta-se na comparação da evolução desses indicadores ao longo do período de 2010 a 2022, permitindo identificar possíveis relações entre crescimento econômico, desigualdade social e violência.

Os dados empregados são exclusivamente secundários, provenientes de instituições públicas reconhecidas pela confiabilidade e abrangência de suas informações. Foram utilizadas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS-PE), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e do Atlas da Violência.

Para representar o desenvolvimento econômico do município, foram analisados os indicadores de Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto per capita e Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor econômico. A desigualdade social foi avaliada por meio do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), do Índice de Gini, da população residente, da população residente em favelas e comunidades urbanas e do número de favelas identificadas pelo IBGE. Os indicadores de segurança pública compreenderam as Mortes Violentas Intencionais (MVI) e suas respectivas taxas por 100 mil habitantes.

A seleção dessas variáveis fundamenta-se na literatura da Economia do Crime, que aponta a influência das condições econômicas e sociais sobre a dinâmica da criminalidade. Dessa forma, a análise conjunta dos indicadores permite avaliar se a evolução econômica observada no município ocorreu simultaneamente à redução das desigualdades sociais e da violência.

Os dados foram organizados em tabelas, gráficos e séries históricas, possibilitando a comparação temporal entre os indicadores selecionados. A interpretação dos resultados ocorreu de forma descritiva, considerando a evolução das variáveis ao longo do período estudado e as possíveis relações entre elas, sem a utilização de modelos econométricos,

uma vez que o objetivo da pesquisa consiste em analisar tendências e evidências observadas nos indicadores oficiais.

Para a construção dos indicadores utilizados no estudo, foram empregados procedimentos estatísticos descritivos. O Produto Interno Bruto per capita foi obtido pela razão entre o Produto Interno Bruto e a população residente no respectivo ano, permitindo avaliar a riqueza média gerada por habitante.

A taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) por 100 mil habitantes foi calculada pela razão entre o número de mortes violentas intencionais registradas e a população residente no mesmo período, multiplicando-se o resultado por 100.000. Esse procedimento possibilita a comparação dos níveis de violência entre diferentes períodos, independentemente das variações populacionais.

Também foi utilizada a variação percentual para analisar a evolução dos indicadores ao longo da série histórica, permitindo identificar períodos de crescimento ou redução das variáveis analisadas.

As equações empregadas na pesquisa são apresentadas a seguir.

Equação 1 – PIB per capita

$$\text{PIB per capita} = \frac{\text{PIB}}{\text{População}}$$

Equação 2 – Taxa de Mortes Violentas Intencionais por 100 mil habitantes

$$\text{Taxa de MVI} = \frac{\text{Número de MVI}}{\text{População}} \times 100.000$$

Equação 3 – Variação Percentual

$$\text{Variação (\%)} = \frac{\text{Valor Final} - \text{Valor Inicial}}{\text{Valor Inicial}} \times 100$$

A interpretação dos resultados foi realizada à luz da Teoria Econômica do Crime, proposta por Becker (1968), segundo a qual a decisão de praticar atividades ilícitas pode ser compreendida como resultado da comparação racional entre benefícios esperados e custos associados à punição e à probabilidade de detecção. Sob essa perspectiva, a persistência de desigualdades sociais e limitações no acesso a oportunidades econômicas pode contribuir para explicar a manutenção de elevados níveis de violência, mesmo em contextos de crescimento econômico.

4.1 DADOS

Os dados analisados abrangem o período de 2010 a 2022 e foram obtidos exclusivamente em bases oficiais. A escolha desse intervalo temporal permite acompanhar a evolução dos indicadores econômicos, sociais e de segurança pública durante um período marcado pela consolidação das atividades do Complexo Industrial Portuário de Suape e pelas transformações econômicas ocorridas no município.

A Tabela 01 apresenta as variáveis utilizadas na pesquisa, suas respectivas características e as fontes de obtenção dos dados. A utilização de diferentes bases oficiais possibilitou reunir informações confiáveis e comparáveis, garantindo maior consistência às análises desenvolvidas ao longo do estudo.

Tabela 01 - Relação das Variáveis e Banco de Dados utilizados

Variáveis	Base de Dados - Características dos dados	Endereço dos dados
<u>Econômicas</u>		
PIB	Dados anuais do Produto Interno Bruto Municipal	SIDRA/IBGE
Valor Adicional Bruto (VAB)	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública	
PIB per capita	Relação entre PIB e população residente	
<u>Sociais</u>		
IDH e IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	ATLAS BRASIL
Índice de Gini	Indicador de desigualdade na distribuição de renda	
População Residente	População municipal por ano	SIDRA/IBGE
Residentes em Favelas	População residente em aglomerados subnormais	IBGE
Número de Favelas	Quantidade de aglomerados subnormais identificadas pelo IBGE	IBGE
<u>Segurança Pública</u>		
Mortes Violentas Intencionais (MVI)	Homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte	SDS-PE/ FBSP/ ATLAS DA VIOLÊNCIA
Taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI	Homicídios por 100 mil habitantes	CÁLCULO COM DADOS SDS-PE e IBGE
<u>Relação</u>		
Desigualdade Social × Violência	Análise comparativa entre Índice de Gini, indicadores sociais e MVI	ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Fonte: Elaboração própria

A partir desses dados foram construídos os indicadores apresentados no capítulo seguinte, permitindo avaliar a evolução econômica do município e sua relação com os níveis de desigualdade social e violência observados no período analisado.

5. RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos por meio da análise dos indicadores econômicos, sociais e de segurança pública do município de Cabo de Santo Agostinho, no período de 2010 a 2022. A discussão busca compreender se o crescimento econômico observado no município foi acompanhado por melhorias nas condições sociais e por redução dos índices de violência.

Os resultados foram organizados em três grupos de indicadores. Inicialmente, são analisados os indicadores econômicos, responsáveis por demonstrar a evolução da atividade produtiva e da geração de riqueza do município. Em seguida, são apresentados os indicadores sociais, permitindo avaliar se esse crescimento foi acompanhado por avanços nas condições de vida da população. Por fim, são analisados os indicadores de segurança pública, possibilitando verificar o comportamento da violência ao longo do período estudado.

A interpretação dos resultados foi realizada de forma integrada, relacionando as evidências empíricas à literatura da Economia do Crime. Conforme discutido no referencial teórico, o crescimento econômico, embora relevante para o desenvolvimento de uma região, não garante, por si só, redução da desigualdade social ou da criminalidade, tornando necessária a análise conjunta dos diferentes indicadores.

5.1 INDICADORES ECONÔMICOS

Os indicadores econômicos permitem avaliar a evolução da atividade produtiva do município e identificar os efeitos da consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape sobre a economia local. Para essa análise, foram utilizados o Produto Interno Bruto (PIB), o Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor econômico e o PIB per capita, indicadores amplamente utilizados para mensurar o desempenho econômico de uma região.

5.1.1 Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) representa o valor monetário de todos os bens e serviços finais produzidos em determinado território durante um período. Trata-se de um dos principais indicadores utilizados para mensurar o desempenho econômico de um município, estado ou país, permitindo acompanhar a evolução da atividade econômica ao longo do tempo.

A Tabela 2 apresenta a evolução do PIB de Cabo de Santo Agostinho, de Pernambuco e do Brasil entre os anos de 2010 e 2022.

Tabela 02 - Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000)

Período	Brasil	Pernambuco	Cabo de Santo Agostinho (PE)
2010	3.885.847.000	97.189.760	4.422.989
2011	4.376.382.000	110.161.559	5.518.101
2012	4.814.760.000	127.989.043	6.259.391
2013	5.331.618.957	141.150.252	7.522.346
2014	5.778.952.780	155.142.648	7.887.875
2015	5.995.787.000	156.963.668	8.078.057
2016	6.269.328.000	167.345.031	8.656.731
2017	6.585.479.000	181.609.501	10.031.202
2018	7.004.141.000	186.351.975	9.756.949
2019	7.389.131.000	197.853.378	10.592.039
2020	7.609.597.000	193.307.317	10.786.158
2021	9.012.142.000	220.813.522	13.706.389
2022	10.079.676.378	245.828.017	14.474.714

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, 2026

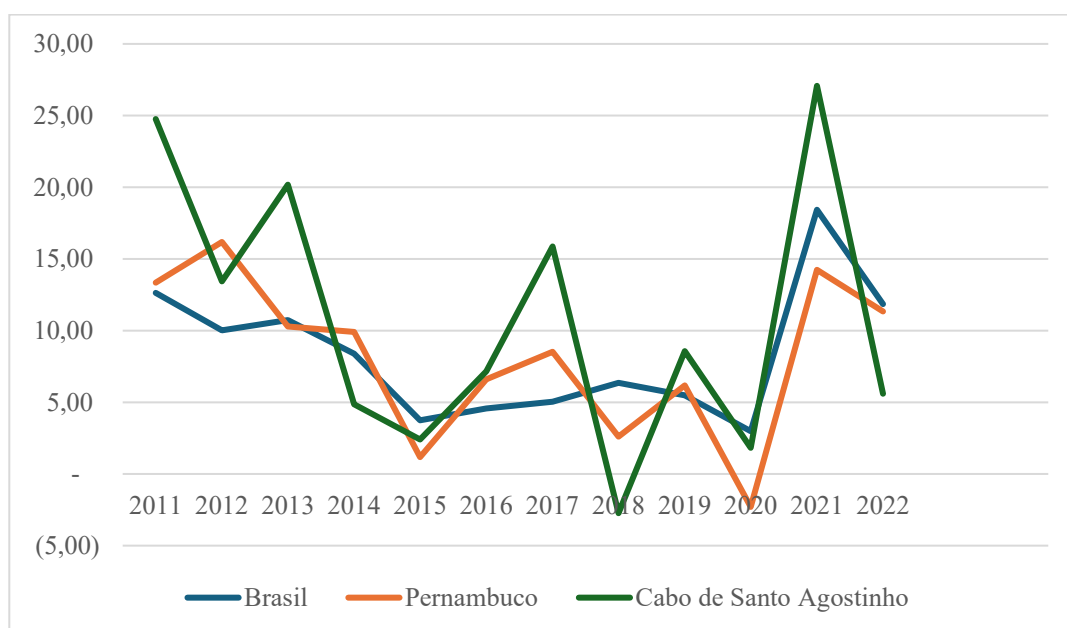
Os dados evidenciam crescimento expressivo da economia de Cabo de Santo Agostinho durante o período analisado. O município passou de um PIB de aproximadamente R\$ 4,4 bilhões, em 2010, para cerca de R\$ 14,5 bilhões em 2022, representando expansão superior a 200% no período. Esse desempenho demonstra o fortalecimento da atividade econômica municipal, impulsionado principalmente pela consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape e pela ampliação das atividades industriais e logísticas instaladas na região.

Ao comparar a evolução do município com Pernambuco e o Brasil, observa-se que Cabo de Santo Agostinho apresentou crescimento proporcionalmente superior em diversos anos da série histórica. Esse resultado evidencia o dinamismo da economia local e reforça a importância estratégica do município no contexto econômico estadual.

Apesar da tendência de crescimento, observa-se uma desaceleração em alguns períodos, especialmente entre 2015 e 2018, refletindo os impactos da recessão econômica enfrentada pelo país. Ainda assim, a economia municipal demonstrou capacidade de recuperação nos anos seguintes, encerrando a série histórica com o maior valor de PIB registrado no período analisado.

O Gráfico 01 ilustra a evolução do Produto Interno Bruto ao longo da série:

Gráfico 01: Variação do PIB Brasileiro, Pernambucano e municipal, 2011 a 2022 (%).



Fonte: IBGE, 2026

A trajetória apresentada confirma que o crescimento econômico do município ocorreu de forma consistente durante grande parte do período analisado. Entretanto, é importante destacar que o aumento do PIB representa apenas a expansão da riqueza produzida, não sendo suficiente para demonstrar melhorias nas condições de vida da população. Esse indicador não considera aspectos como distribuição da renda, acesso aos serviços públicos ou redução das desigualdades sociais.

Assim, embora os resultados demonstrem expressiva expansão econômica, não é possível afirmar, com base apenas nesse indicador, que o desenvolvimento econômico tenha sido acompanhado por avanços equivalentes nas condições sociais da população. Essa análise será aprofundada nas seções seguintes, por meio dos indicadores sociais e de segurança pública.

5.1.2 VAB por Setor

O Valor Adicionado Bruto (VAB) permite identificar a contribuição de cada setor econômico para a geração de riqueza de uma determinada localidade. Sua análise é fundamental para compreender a estrutura produtiva do município e as transformações ocorridas ao longo do tempo, especialmente em contextos de forte crescimento econômico, como o observado em Cabo de Santo Agostinho.

Tabela 03 - VAB nacional, do estado de Pernambuco e Município analisado, 2010 a 2022 (%)

Valor Adicionado Bruto - VAB									
Período	Brasil			Pernambuco			Cabo de Santo Agostinho		
	Agropecu.	Indúst.	Serviços	Agropecu.	Indúst.	Serviços	Agropecu.	Indúst.	Serviços
2010	4,84	27,38	51,50	4,78	21,93	48,72	0,41	48,41	36,79
2011	5,11	27,17	51,64	4,43	21,57	50,27	0,72	49,53	36,70
2012	4,90	26,03	53,14	3,54	21,99	51,92	0,40	41,00	45,54
2013	5,28	24,85	53,49	3,51	21,51	52,68	0,30	45,12	43,29
2014	5,03	23,79	54,76	3,33	18,60	55,01	0,26	39,22	48,11
2015	5,02	22,52	55,28	3,88	20,00	52,33	0,55	39,91	46,66
2016	5,66	21,23	55,67	4,30	19,70	51,94	0,45	37,39	48,04
2017	5,34	21,12	55,89	3,86	20,86	50,94	0,35	33,61	52,97
2018	5,15	21,85	55,61	4,20	20,28	50,49	0,47	34,60	51,31
2019	4,89	21,80	55,91	4,47	19,74	50,83	0,43	32,43	54,18
2020	6,59	22,51	53,51	5,26	20,66	48,42	0,59	35,43	50,77
2021	7,66	25,85	50,69	5,17	21,89	48,56	0,68	39,76	48,33

Fonte: Elaboração própria com dados do Sidra e IBGE

Conforme apresentado na Tabela 03, observa-se que a composição setorial da economia do município difere significativamente daquela verificada em Pernambuco e no Brasil. Enquanto nas escalas estadual e nacional o setor de serviços apresenta predominância na geração de riqueza, o Cabo de Santo Agostinho destaca-se pela elevada participação do setor industrial em sua estrutura econômica.

No Brasil, o setor de serviços manteve-se como principal componente do VAB durante todo o período analisado, representando entre 50,69% e 55,91% da riqueza produzida. A indústria apresentou participação entre 21,23% e 27,38%, enquanto a agropecuária permaneceu com participação inferior a 8%. Em Pernambuco, o comportamento foi semelhante, com predominância dos serviços, cuja participação variou entre 48,42% e 55,01%, seguida pela indústria, com percentuais entre 18,60% e 21,99%.

Entretanto, a realidade observada em Cabo de Santo Agostinho apresenta características distintas. O setor industrial respondeu por aproximadamente 48,41% do VAB municipal em 2010, alcançando 49,53% em 2011. Embora tenha apresentado redução nos anos seguintes, manteve participação expressiva ao longo de toda a série histórica, atingindo 39,76% em 2021. Esse desempenho evidencia a forte influência das atividades industriais e logísticas associadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape na economia local.

O setor de serviços também apresentou relevância crescente no município. Em 2010, sua participação correspondia a 36,79% do VAB municipal, alcançando 54,18% em 2019, o maior percentual da série. Esse crescimento sugere que a expansão industrial observada no município foi acompanhada pelo desenvolvimento de atividades complementares ligadas ao comércio, transporte, armazenagem, logística e demais serviços de apoio à atividade econômica.

Por outro lado, a agropecuária apresentou participação reduzida durante todo o período analisado, variando entre 0,26% e 0,72% do VAB municipal. Esse comportamento demonstra que a economia do Cabo de Santo Agostinho possui perfil predominantemente urbano e industrial, diferentemente de municípios cuja atividade econômica depende significativamente do setor primário.

E enquanto a estrutura produtiva de Pernambuco é predominantemente baseada no setor de serviços, Cabo de Santo Agostinho apresenta uma economia fortemente industrializada. Em 2010, a participação da indústria no VAB municipal foi mais que o dobro da observada no estado de Pernambuco, evidenciando a influência exercida pelo Complexo Industrial Portuário de Suape sobre a dinâmica econômica local.

De maneira geral, os resultados evidenciam uma importante transformação estrutural da economia municipal, marcada pela consolidação do setor industrial e pela expansão dos serviços. Esse cenário reforça a importância estratégica do município para a economia pernambucana e demonstra os impactos econômicos decorrentes da implantação e expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape. Contudo, embora os indicadores revelem elevado dinamismo econômico, torna-se necessário verificar se a riqueza gerada foi acompanhada por melhorias equivalentes nos indicadores sociais e de segurança pública, aspecto que será analisado nas seções seguintes.

5.1.3 Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita)

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita corresponde à razão entre o PIB e a população residente, sendo um indicador utilizado para estimar a riqueza média gerada por habitante. Embora seja amplamente empregado para avaliar o desempenho econômico de uma região, esse indicador não representa a renda efetivamente recebida pela população, uma vez que não considera a forma como a riqueza é distribuída.

A Tabela 04 apresenta a evolução do PIB per capita de Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco e Brasil entre os anos de 2011 e 2021.

Tabela 04 - PIB per capita (em reais) nacional, estadual e municipal, 2011-2021

Período	PIB PER CAPITA		
	Brasil	Pernambuco	Cabo de Santo Agostinho
2011	22.748,72	12.426,70	29.483,49
2012	24.830,64	14.330,83	33.079,62
2013	26.521,15	15.328,17	38.349,58
2014	28.500,24	16.722,05	39.760,84
2015	29.326,42	16.796,23	40.280,32
2016	30.421,61	17.783,11	42.720,60
2017	31.712,65	19.170,74	49.015,66
2018	33.593,82	19.623,65	47.568,88
2019	35.161,70	20.702,30	51.157,41
2020	35.935,74	20.101,38	51.622,24
2021	42.247,52	22.823,59	65.022,05

Fonte: IBGE, Contas Nacionais 2026

Os resultados demonstram crescimento do PIB per capita do município ao longo do período analisado, acompanhando a expansão do Produto Interno Bruto. Esse comportamento está diretamente relacionado ao fortalecimento das atividades industriais, portuárias e logísticas decorrentes da consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape, que ampliou a capacidade de geração de riqueza do município.

Em comparação com Pernambuco e o Brasil, observa-se que Cabo de Santo Agostinho apresentou evolução mais acentuada do PIB per capita em diversos anos da série histórica, evidenciando o dinamismo da economia local. Esse resultado reforça a importância do município no cenário econômico estadual e demonstra os efeitos positivos da expansão da atividade produtiva sobre a riqueza média gerada por habitante.

Entretanto, a interpretação desse indicador deve ser realizada com cautela. O aumento do PIB per capita não significa, necessariamente, melhoria da renda da população ou redução das desigualdades sociais, uma vez que se trata de uma média estatística que não considera a concentração de renda. Assim, é possível que a riqueza produzida tenha crescido sem que seus benefícios tenham sido distribuídos de forma homogênea entre os habitantes.

Nesse contexto, a análise do PIB per capita deve ser complementada por indicadores sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Gini e outros indicadores de desigualdade, permitindo avaliar se o crescimento econômico observado foi acompanhado por melhorias efetivas nas condições de vida da população.

A evolução observada confirma que o município ampliou significativamente sua capacidade de geração de riqueza ao longo dos anos. No entanto, somente a análise conjunta dos indicadores econômicos, sociais e de segurança pública permitirá verificar se esse crescimento econômico resultou em desenvolvimento social e redução da violência, objetivo central desta pesquisa.

5.1.4 Relação entre Desigualdade Social e Violência

A desigualdade de renda é um dos fatores mais frequentemente associados à criminalidade na literatura da Economia do Crime. Diferentemente dos indicadores de crescimento econômico, que medem a capacidade de geração de riqueza de uma determinada região, o Índice de Gini permite avaliar como essa riqueza está distribuída entre a população. Quanto mais próximo de zero for o indicador, menor é a desigualdade de renda; por outro lado, quanto mais próximo de um, maior é a concentração de renda.

Nesse contexto, a análise do Índice de Gini torna-se fundamental para compreender se o crescimento econômico observado em Cabo de Santo Agostinho foi acompanhado por uma distribuição mais equilibrada dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico. Considerando que os capítulos anteriores evidenciaram forte crescimento do PIB, aumento do PIB per capita e expansão das atividades econômicas ligadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape, torna-se relevante verificar se tais avanços contribuíram efetivamente para a redução das desigualdades sociais.

A Tabela 12 apresenta a evolução do Índice de Gini no Brasil, em Pernambuco e em Cabo de Santo Agostinho, bem como a variação observada entre os anos de 2000 e 2010. A partir desses dados, busca-se analisar a relação entre desigualdade social e violência, verificando se a redução da desigualdade ocorreu na mesma intensidade do crescimento econômico observado no município.

Tabela 12 - Evolução da Desigualdade de Renda medida pelo Índice de Gini, 2000 – 2010

Região	2000	2010	Variação 2010/2000 (%)
Brasil	0,64	0,60	-6,25
Pernambuco	0,66	0,62	-6,06
Cabo de Santo Agostinho	0,54	0,53	-1,85

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, elaboração própria (2026).

Os resultados apresentados na Tabela 12 demonstram que, entre 2000 e 2010, houve redução da desigualdade de renda no Brasil e em Pernambuco. O Índice de Gini brasileiro passou de 0,64 para 0,60, representando redução de 6,25%, enquanto Pernambuco apresentou queda de 0,66 para 0,62, correspondendo a uma redução de 6,06%.

Em Cabo de Santo Agostinho, embora tenha sido observada uma pequena redução da desigualdade de renda, a variação foi significativamente inferior à registrada nas demais regiões analisadas. O Índice de Gini passou de 0,54 para 0,53 entre 2000 e 2010, representando redução de apenas 1,85%. Tal resultado indica que os benefícios do crescimento econômico não foram distribuídos de forma tão abrangente quanto seria esperado diante da expressiva expansão econômica observada no município durante o mesmo período.

Quando analisados em conjunto, os indicadores econômicos, sociais e de segurança pública revelam um cenário marcado por contrastes. Enquanto o PIB municipal mais que dobrou, o PIB per capita apresentou crescimento expressivo e o município consolidou-se como um dos principais polos econômicos de Pernambuco, observou-se também a permanência de elevados níveis de desigualdade social, o aumento do número de favelas e comunidades urbanas e a manutenção de altas taxas de Mortes Violentas Intencionais.

Esses resultados sugerem que o crescimento econômico, isoladamente, não foi suficiente para promover inclusão social capaz de reduzir de forma significativa os fatores associados à violência. Sob a perspectiva da Economia do Crime, a persistência das desigualdades socioeconômicas pode contribuir para ampliar situações de vulnerabilidade, restringir oportunidades e intensificar tensões sociais, criando condições favoráveis à manutenção de elevados índices de criminalidade.

Dessa forma, os resultados deste estudo reforçam a hipótese central de que a violência observada em Cabo de Santo Agostinho não pode ser explicada pela ausência de crescimento econômico. Ao contrário, os dados indicam que, mesmo diante da expressiva geração de riqueza promovida pelo desenvolvimento econômico local, a persistência das desigualdades sociais permanece como um elemento relevante para compreender a dinâmica da violência no município. Assim, conclui-se que políticas voltadas exclusivamente para o crescimento econômico tendem a apresentar resultados

limitados no enfrentamento da criminalidade quando não são acompanhadas por ações efetivas de redução das desigualdades e promoção da inclusão social.

5.2 INDICADORES SOCIAIS

A análise dos indicadores sociais é fundamental para compreender se o crescimento econômico observado em Cabo de Santo Agostinho foi acompanhado por melhorias efetivas nas condições de vida da população. Embora os indicadores econômicos demonstrem expansão significativa da atividade produtiva e aumento da riqueza gerada no município, tais resultados não permitem avaliar, isoladamente, os impactos desse desenvolvimento sobre o bem-estar social.

Nesse contexto, serão analisados indicadores relacionados ao desenvolvimento humano, à dinâmica populacional e às condições de moradia da população. Esses indicadores possibilitam identificar aspectos associados à qualidade de vida, à distribuição dos benefícios do crescimento econômico e às condições de vulnerabilidade social existentes no município. A análise torna-se particularmente relevante para este estudo, uma vez que a literatura da Economia do Crime destaca a influência de fatores socioeconômicos sobre os níveis de criminalidade e violência.

Dessa forma, os indicadores apresentados a seguir contribuirão para avaliar se a expansão econômica observada no município foi acompanhada por avanços sociais capazes de reduzir desigualdades e vulnerabilidades ou se persistem desafios que podem influenciar a dinâmica da violência local.

5.2.1 Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

O Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) é um indicador social que mede o nível de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Os dados do IDHM são coletados e apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que utiliza informações do Censo Demográfico realizado pelo IBGE. Seus resultados permitem verificar possíveis desigualdades regionais ao longo do tempo (IBGE-Municípios).

O IDHM é composto em sua análise pela dimensão de Longevidade (IDHM-L), que mede a expectativa de vida e reflete as condições de saúde e qualidade de vida da população. Dimensão de Educação (IDHM-E), que avalia o acesso à educação com base na média de anos estudo da população adulta e taxa de escolaridade existente no município. E a dimensão da Renda (IDHM-R) que irá analisar a renda per capita da população, considerando o poder de compra e a distribuição de riqueza da cidade (BDE).

Tabela 05 - IDH brasileiro, Pernambucano e do Município do Cabo (2000-2010)

Municípios	2000				2010				Variação (%)			
	IDHM	IDH-L	IDH-E	IDH-R	IDHM	IDH-L	IDH-E	IDH-R	IDHM	IDH-L	IDH-E	IDH-R
Brasil	0,612	0,727	0,456	0,692	0,727	0,816	0,637	0,739	18,79	12,24	39,69	6,79
Pernambuco	0,544	0,705	0,372	0,615	0,673	0,789	0,574	0,673	23,71	11,91	54,30	9,43
Cabo de Santo Agostinho	0,547	0,734	0,394	0,566	0,686	0,812	0,609	0,654	25,41	10,63	54,57	15,55

Fonte: Elaborado própria com dados do Atlas Brasil, 2026

Conforme apresentado na Tabela 05, observa-se que houve avanço significativo dos indicadores de desenvolvimento humano entre os anos de 2000 e 2010 no Brasil, em Pernambuco e em Cabo de Santo Agostinho. No município, o IDHM passou de 0,547 para 0,686, representando crescimento de 25,41% no período. Esse resultado foi superior ao observado no Brasil, que apresentou aumento de 18,79%, e também superior ao crescimento nacional em termos relativos.

Ao analisar os componentes do índice, verifica-se que a dimensão educação apresentou a maior evolução no município. O IDH-E passou de 0,394 em 2000 para 0,609 em 2010, registrando crescimento de 54,57%. Esse comportamento foi semelhante ao observado em Pernambuco, cujo indicador cresceu 54,30%, demonstrando avanços significativos no acesso à educação e na melhoria dos indicadores educacionais durante o período analisado.

A dimensão renda também apresentou evolução expressiva. O IDH-R do município passou de 0,566 para 0,654 entre 2000 e 2010, representando crescimento de 15,55%. Esse resultado sugere melhoria das condições econômicas da população, possivelmente influenciada pelo processo de expansão econômica associado ao Complexo Industrial Portuário de Suape e pelo aumento das oportunidades de emprego e geração de renda observados na região.

Por sua vez, o indicador de longevidade apresentou crescimento mais moderado. O IDH-L passou de 0,734 para 0,812, registrando aumento de 10,63% no período. Ainda assim, o resultado evidencia melhorias nas condições de saúde e na expectativa de vida da população residente no município.

Apesar dos avanços observados em todas as dimensões do desenvolvimento humano, os resultados indicam que Cabo de Santo Agostinho ainda apresentava, em 2010, um IDHM inferior à média nacional (0,727). Tal resultado demonstra que, embora o município tenha experimentado crescimento econômico e avanços sociais relevantes,

persistiam desafios relacionados à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano da população.

Nesse sentido, a análise do IDHM evidencia que o crescimento econômico observado no município foi acompanhado por melhorias sociais importantes. Contudo, a permanência de diferenças em relação à média nacional sugere que o desenvolvimento econômico não foi suficiente para eliminar completamente as desigualdades sociais existentes, aspecto que será aprofundado nos indicadores sociais e de segurança pública apresentados nas próximas seções.

Infelizmente, ainda não está disponível os dados de IDH para o ano de 2022, por isso, além da população residente, sessão seguinte, o presente trabalho vai usar como próximo índice de qualidade de vida o número de favelas e o número de pessoas morando em favelas a partir dos dados dos censos 2010 e 2022.

5.2.2 Evolução da População Residente dos Municípios

A análise da evolução da população residente permite compreender as transformações demográficas ocorridas ao longo do período estudado e sua relação com o desenvolvimento econômico e social dos municípios. O crescimento populacional influencia diretamente a demanda por infraestrutura urbana, serviços públicos, habitação, educação, saúde e segurança, constituindo um importante indicador para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas locais.

No caso de Cabo de Santo Agostinho, a expansão das atividades econômicas associadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape contribuiu para intensificar o processo de urbanização e atrair novos contingentes populacionais para o município. Esse fenômeno pode gerar impactos positivos, como ampliação das oportunidades de emprego e renda, mas também desafios relacionados à capacidade de atendimento das demandas sociais decorrentes do crescimento populacional.

A Tabela 06 apresenta a evolução da população residente no Brasil, em Pernambuco e em Cabo de Santo Agostinho ao longo do período analisado. A partir desses dados, busca-se avaliar o comportamento demográfico do município e sua relação com as transformações econômicas e sociais observadas na região.

Tabela 06 - População Residente (pessoas) do Brasil, Pernambuco e município do Cabo, 2000 a 2022

Regiões	2000	2007	2010	2022
Brasil	169.590.693	183.987.291	190.755.799	203.080.756
Pernambuco	7.911.937	8.354.193	8.796.448	9.058.931
Cabo de Santo Agostinho	152.977	163.139	185.025	203.440

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

É possível notar que, no ano 2000, o município possuía 152.977 habitantes. Em 2010, a população alcançou 185.025 habitantes, representando crescimento de aproximadamente 20,95% no período. Em 2022, segundo o Censo Demográfico do IBGE, a população atingiu 203.440 habitantes, acumulando aumento de cerca de 33% em relação ao ano 2000.

Em Pernambuco, a população passou de 7,91 milhões de habitantes em 2000 para 9,06 milhões em 2022, correspondendo a um crescimento aproximado de 14,5%. Já no Brasil, a população aumentou de 169,6 milhões para 203,1 milhões de habitantes no mesmo período, registrando crescimento de cerca de 19,7%.

O crescimento populacional observado em Cabo de Santo Agostinho pode estar associado ao processo de expansão econômica ocorrido no município nas últimas décadas, especialmente em função da consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape. A instalação de empreendimentos industriais, logísticos e de serviços contribuiu para a atração de trabalhadores e suas famílias, estimulando o aumento da população e a expansão urbana do município.

Entretanto, o crescimento populacional também impõe desafios à gestão pública, uma vez que amplia a demanda por infraestrutura urbana, habitação, educação, saúde, transporte e segurança pública. Quando o crescimento econômico e demográfico não é acompanhado por investimentos sociais na mesma proporção, podem surgir situações de vulnerabilidade social e ocupação desordenada do espaço urbano.

Nesse contexto, a evolução da população residente constitui um importante elemento para compreender as transformações socioeconômicas ocorridas em Cabo de Santo Agostinho e seus possíveis reflexos sobre os indicadores de desigualdade social e violência analisados neste estudo.

Abaixo a Tabela 07 mostra a variação da população residente por censos demográficos de 2000, 2010 e 2022, representados pela razão do número populacional total por ano base.

Tabela 07 – Variação percentual da população residente por censos demográficos 2000, 2010 e 2022 (pessoas)

Regiões	2000	2010	2022	2010/2000 (%)	2022/2010 (%)
Brasil	169.799.170	190.755.799	203.080.756	12%	6%
Pernambuco	7.918.344	8.796.448	9.058.931	11%	3%
Cabo de Santo Agostinho (PE)	152.977	185.025	203.440	21%	10%

Fonte: Censos 2000, 2010 e 2022 - População residente (Pessoas)

Conforme apresentado na Tabela 07, observa-se crescimento da população residente no Brasil, em Pernambuco e no município de Cabo de Santo Agostinho ao longo do período analisado. Entre os anos de 2000 e 2022, a população brasileira passou de 169,6 milhões para 203,1 milhões de habitantes, representando crescimento de aproximadamente 19,75%. Em Pernambuco, o aumento populacional foi de 14,50%, passando de 7,9 milhões para cerca de 9,1 milhões de habitantes.

No município de Cabo de Santo Agostinho, o crescimento populacional foi ainda mais expressivo. A população passou de 152.977 habitantes em 2000 para 203.440 habitantes em 2022, correspondendo a um aumento acumulado de aproximadamente 33%. Entre 2000 e 2010, período marcado pela expansão das atividades industriais e logísticas associadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape, o município registrou crescimento populacional de 20,95%, percentual superior ao observado em Pernambuco (11,10%) e no Brasil (12,35%).

Esse comportamento sugere que o dinamismo econômico observado no município contribuiu para a atração de trabalhadores e suas famílias, intensificando o processo de urbanização e expansão demográfica local. O crescimento das oportunidades de emprego e renda decorrentes da instalação de empreendimentos industriais, portuários e logísticos favoreceu o aumento da população residente, especialmente durante a primeira década dos anos 2000.

Entretanto, o crescimento populacional não representa melhoria das condições sociais da população. Quando ocorre de forma acelerada e sem o devido acompanhamento

da infraestrutura urbana e dos serviços públicos, esse processo pode ampliar situações de vulnerabilidade social, déficit habitacional e ocupação irregular do espaço urbano.

Nesse sentido, as informações sobre o número de pessoas residentes em favelas e a quantidade de favelas existentes no município, permite avaliar se o crescimento econômico e populacional observado foi acompanhado por melhorias nas condições de moradia e redução das vulnerabilidades sociais.

5.2.3 Número de Pessoas Residentes em Favelas e Número de Favelas

A tabela 08 apresenta o número de pessoas residentes em favelas de acordo com as regiões geográficas estudadas.

Tabela 08 – Número de pessoas residentes em favelas por região geográfica, Censo 2010 e 2022 (pessoas)

Regiões	2010	2022	2022/2010 (%)
Brasil	11.425.644	16.390.790	43%
Pernambuco	875.378	1.091.165	25%
Cabo de Santo Agostinho (PE)	87.990	92.321	5%

Censo 2010 - População residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais (Pessoas)

Censo 2022 - População residente (particular permanente ocupado) em favelas e comunidades urbanas (Pessoas)

Os resultados apresentados na Tabela 08 revelam uma contradição importante no processo de desenvolvimento observado em Cabo de Santo Agostinho. Apesar do expressivo crescimento econômico registrado nas últimas décadas, impulsionado pela expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape, o município ainda concentrava 92.321 pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas no ano de 2022.

Considerando a população total de 203.440 habitantes registrada pelo Censo Demográfico de 2022, observa-se que aproximadamente 45% da população municipal residia em áreas caracterizadas por vulnerabilidade social e habitacional. Esse resultado evidencia que os ganhos econômicos gerados pelo crescimento da atividade produtiva não foram distribuídos de maneira homogênea entre os diferentes grupos sociais.

Os indicadores econômicos analisados anteriormente demonstraram forte expansão do PIB municipal, crescimento do PIB per capita e elevada participação dos setores industrial e de serviços na geração de riqueza local. Entretanto, a permanência de um contingente tão expressivo de pessoas vivendo em favelas sugere que parte significativa da população não foi plenamente beneficiada pelo processo de desenvolvimento econômico observado no município.

Sob a perspectiva da Economia do Crime, esse cenário é particularmente relevante, uma vez que a coexistência entre elevada geração de riqueza e persistência de vulnerabilidades sociais pode contribuir para a ampliação das desigualdades socioeconômicas.

Já os resultados apresentados na Tabela 09 evidenciam um crescimento expressivo do número de favelas e comunidades urbanas entre os anos de 2010 e 2022. No Brasil, o número dessas áreas passou de 6.329 para 12.348 unidades, representando aumento de 95%. Em Pernambuco, o crescimento foi ainda mais acentuado, passando de 347 para 849 unidades, o que corresponde a uma expansão de aproximadamente 145%.

Tabela 09 – Número de Favelas por Região Geográfica, Censos 2010 e 2022

Regiões	2010	2022	2022/2010 (%)
Brasil	6.329	12.348	95%
Pernambuco	347	849	145%
Cabo de Santo Agostinho (PE)	23	59	157%

Censo de 2010 - Número de aglomerados subnormais (Unidades)

Censo de 2022 - Número de favelas e comunidades urbanas (Unidades)

Então, os resultados evidenciam que o número de favelas e comunidades urbanas em Cabo de Santo Agostinho passou de 23 unidades em 2010 para 59 em 2022, representando crescimento de aproximadamente 157% no período analisado. Esse resultado foi superior ao observado em Pernambuco (145%) e no Brasil (95%), demonstrando a expansão das áreas caracterizadas por vulnerabilidade social e habitacional no município.

Quando analisados em conjunto com os indicadores econômicos apresentados anteriormente, os dados revelam uma importante contradição no processo de desenvolvimento local. Embora o município tenha experimentado forte crescimento econômico, impulsionado principalmente pelas atividades associadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape, também foi observada uma ampliação significativa das áreas classificadas como favelas e comunidades urbanas.

Enquanto o PIB municipal mais que triplicou ao longo das últimas décadas, o número de favelas aumentou 157% entre 2010 e 2022. Esse resultado sugere que os benefícios do crescimento econômico não foram distribuídos de maneira uniforme entre a população, contribuindo para a permanência de desigualdades sociais e vulnerabilidades urbanas.

Sob a perspectiva da Economia do Crime, a expansão dessas áreas pode ser interpretada como um indicativo de que o desenvolvimento econômico, por si só, não foi suficiente para eliminar fatores estruturais associados à exclusão social. Dessa forma, os resultados reforçam a necessidade de analisar os indicadores de violência apresentados na seção seguinte, buscando compreender se a persistência dessas desigualdades está relacionada aos elevados índices de criminalidade observados no município.

5.3 INDICADORES DE SEGURANÇA

Os indicadores de segurança pública constituem um importante instrumento para compreender a dinâmica da violência em determinado território. No contexto da Economia do Crime, a criminalidade é influenciada por diversos fatores econômicos e sociais, como desigualdade de renda, vulnerabilidade social, acesso a oportunidades econômicas e condições de desenvolvimento humano.

Considerando que o objetivo deste estudo é analisar a relação entre desigualdade social e violência no município de Cabo de Santo Agostinho, torna-se fundamental avaliar a evolução dos indicadores de segurança pública ao longo do período analisado. Dessa forma, os dados apresentados a seguir permitem identificar o comportamento da violência no município e verificar sua possível relação com os indicadores econômicos e sociais discutidos nas seções anteriores.

5.3.1 Evolução das Mortes Violentas Intencionais

A análise das Mortes Violentas Intencionais (MVI) permite compreender a evolução da violência letal no estado de Pernambuco e no município de Cabo de Santo Agostinho ao longo do período estudado. Esse indicador é relevante por reunir ocorrências associadas à perda intencional da vida, sendo amplamente utilizado para avaliar a gravidade da violência em determinado território. Além do número absoluto de ocorrências, a taxa por 100 mil habitantes possibilita comparações mais precisas entre diferentes localidades e períodos, ao considerar o tamanho da população.

A Tabela 10 apresenta a evolução das Mortes Violentas Intencionais, da população residente e da taxa de MVI por 100 mil habitantes em Pernambuco e em Cabo de Santo Agostinho entre os anos de 2011 e 2021. A comparação entre o comportamento estadual e municipal permite identificar a intensidade da violência letal no município e verificar se sua dinâmica acompanha as tendências observadas no estado.

Tabela 10 - Evolução das Mortes Violentas Intencionais (MVI), População Residente e Taxa por 100 mil Habitantes em Pernambuco e Cabo de Santo Agostinho, 2011–2021

	Pernambuco			Cabo de Santo Agostinho		
Período	MVI	População	Tx por 100 mil hab.	MVI	População	Tx por 100 mil hab.
2011	3.507	8.864.906	39,56	159	187.159	84,95
2012	3.321	8.931.028	37,18	166	189.222	87,73
2013	3.100	9.208.550	33,66	135	196.152	68,82
2014	3.434	9.277.727	37,01	125	198.383	63,01
2015	3.889	9.345.173	41,62	164	200.546	81,78
2016	4.480	9.410.336	47,61	153	202.636	75,50
2017	5.429	9.473.266	57,31	198	204.653	96,75
2018	4.173	9.496.294	43,94	184	205.112	89,71
2019	3.468	9.557.071	36,29	153	207.048	73,90
2020	3.760	9.616.621	39,10	185	208.944	88,54
2021	3.374	9.674.793	34,87	178	210.796	84,44

Fonte: Elaboração própria com dados do SDS e IBGE, 2026

Conforme observado na Tabela 10, Cabo de Santo Agostinho apresentou níveis de violência significativamente superior aos registrados em Pernambuco durante todo o período analisado. Enquanto as taxas estaduais oscilaram entre 33,66 e 57,31 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, o município apresentou taxas variando entre 63,01 e 96,75 mortes por 100 mil habitantes, evidenciando um cenário de violência persistente.

O ano de 2017 registrou o maior nível de violência da série histórica tanto para Pernambuco quanto para Cabo de Santo Agostinho. No município, foram contabilizadas 198 mortes violentas intencionais, resultando em uma taxa de 96,75 mortes por 100 mil habitantes, enquanto Pernambuco registrou taxa de 57,31. Mesmo após a redução observada nos anos seguintes, os indicadores permaneceram elevados, com taxas superiores a 70 mortes por 100 mil habitantes na maior parte da série analisada.

A análise desses resultados torna-se particularmente relevante quando comparada aos indicadores econômicos e sociais apresentados anteriormente. Durante o período analisado, Cabo de Santo Agostinho apresentou crescimento expressivo do PIB, aumento do PIB per capita e avanços em indicadores sociais. Entretanto, os elevados índices de violência permaneceram presentes, indicando que o desenvolvimento econômico não foi acompanhado, na mesma intensidade, pela redução da violência letal.

Esse cenário reforça a hipótese central deste estudo de que o crescimento econômico, isoladamente, não é suficiente para reduzir a criminalidade quando persistem desigualdades sociais e vulnerabilidades urbanas. A coexistência entre elevados níveis de

geração de riqueza e altas taxas de mortes violentas intencionais sugere que fatores relacionados à distribuição dos benefícios do desenvolvimento podem exercer influência significativa sobre a dinâmica da violência no município.

5.3.2 Relação entre Crescimento Econômico e Violência

A literatura da Economia do Crime destaca que a criminalidade e a violência são fenômenos influenciados por diversos fatores econômicos e sociais. Embora o crescimento econômico possa contribuir para a geração de emprego, renda e melhoria das condições de vida da população, seus efeitos sobre a redução da violência não são automáticos. Em contextos marcados por desigualdades sociais persistentes, os benefícios do desenvolvimento econômico podem não alcançar todos os grupos sociais de forma homogênea.

Nesse sentido, a análise conjunta dos indicadores econômicos e de segurança pública permite verificar se a expansão da atividade econômica observada em Cabo de Santo Agostinho foi acompanhada por uma redução dos níveis de violência. Considerando a forte influência exercida pelo Complexo Industrial Portuário de Suape sobre a economia local, torna-se relevante investigar se o aumento da riqueza produzida no município contribuiu efetivamente para a diminuição das Mortes Violentas Intencionais.

A Tabela 11 apresenta a evolução dos indicadores econômicos e das Mortes Violentas Intencionais em Pernambuco e em Cabo de Santo Agostinho entre 2011 e 2021. Os resultados demonstram que, ao longo do período analisado, o município experimentou expressivo crescimento econômico. O PIB municipal passou de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 13,7 bilhões, enquanto o PIB per capita aumentou de R\$ 29.483 para R\$ 65.022, evidenciando a ampliação da capacidade de geração de riqueza local.

Tabela 11 - Evolução do PIB, PIB per capita e Mortes Violentas Intencionais em Pernambuco e Cabo de Santo Agostinho (2011–2021)

Período	Pernambuco				Cabo de Santo Agostinho			
	PIB (R\$ Mil)	PIB Per Capita	MVI	MVI x 100 mil hab.	PIB (R\$ Mil)	PIB Per Capita	MVI	MVI x 100 mil hab.
2011	110.161.559	12.427	3.507	39,56	5.518.101	29.483	159	84,95
2012	127.989.043	14.331	3.321	37,18	6.259.391	33.080	166	87,73
2013	141.150.252	15.328	3.100	33,66	7.522.346	38.350	135	68,82
2014	155.142.648	16.722	3.434	37,01	7.887.875	39.761	125	63,01
2015	156.963.668	16.796	3.889	41,62	8.078.057	40.280	164	81,78
2016	167.345.031	17.783	4.480	47,61	8.656.731	42.721	153	75,50
2017	181.609.501	19.171	5.429	57,31	10.031.202	49.016	198	96,75
2018	186.351.975	19.624	4.173	43,94	9.756.949	47.569	184	89,71
2019	197.853.378	20.702	3.468	36,29	10.592.039	51.157	153	73,90
2020	193.307.317	20.101	3.760	39,10	10.786.158	51.622	185	88,54
2021	220.813.522	22.824	3.374	34,87	13.706.389	65.022	178	84,44

Fonte: Elaborado própria com dados do SDS e IBGE, 2026

Entretanto, a evolução dos indicadores de violência não acompanhou a mesma trajetória. Apesar do crescimento econômico observado, as taxas de Mortes Violentas Intencionais permaneceram elevadas durante toda a série histórica, oscilando entre 63,01 e 96,75 mortes por 100 mil habitantes. Em diversos anos, a taxa registrada em Cabo de Santo Agostinho foi mais que o dobro da observada em Pernambuco, demonstrando a persistência de elevados níveis de violência letal no município.

Esses resultados sugerem que o crescimento econômico, por si só, não foi suficiente para promover redução significativa da violência. Conforme observado nos indicadores sociais analisados anteriormente, o município apresentou aumento do número de pessoas residentes em favelas e comunidades urbanas, bem como crescimento de 157% no número dessas áreas entre 2010 e 2022. Dessa forma, embora tenha ocorrido expansão da atividade econômica, parte da população permaneceu exposta a condições de vulnerabilidade social e habitacional.

Sob a perspectiva da Economia do Crime, esse cenário reforça a hipótese de que a violência está associada não apenas à geração de riqueza, mas também à forma como os benefícios do crescimento econômico são distribuídos na sociedade. Em Cabo de Santo Agostinho, os resultados indicam que a expansão econômica observada nas últimas décadas não foi acompanhada, na mesma intensidade, por melhorias capazes de reduzir

as desigualdades sociais existentes, contribuindo para a manutenção de elevados índices de violência.

Portanto, a análise conjunta dos indicadores econômicos, sociais e de segurança pública evidencia que o desenvolvimento econômico municipal não se traduziu automaticamente em redução da criminalidade. Tal resultado reforça a importância de políticas públicas voltadas à inclusão social, melhoria das condições urbanas e redução das desigualdades como elementos complementares ao crescimento econômico no enfrentamento da violência.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre desigualdade social e violência no município de Cabo de Santo Agostinho, à luz dos fundamentos da Economia do Crime, buscando compreender se o crescimento econômico observado nas últimas décadas foi acompanhado por melhorias sociais capazes de reduzir os níveis de violência.

Os resultados demonstraram que o município apresentou crescimento econômico ao longo do período analisado, evidenciado pela expansão do Produto Interno Bruto (PIB), pelo aumento do PIB per capita e pela forte participação dos setores industrial e de serviços na geração de riqueza local. Esse desempenho está diretamente relacionado à consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape, responsável por transformar Cabo de Santo Agostinho em um dos principais polos econômicos de Pernambuco.

Entretanto, os indicadores sociais revelaram que os benefícios desse crescimento não foram distribuídos de forma homogênea entre a população. Embora tenham sido observados avanços no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e crescimento da renda média, verificou-se a permanência de importantes desigualdades sociais. O elevado contingente de pessoas residentes em favelas, o crescimento expressivo do número de favelas e comunidades urbanas e a pequena redução do Índice de Gini indicam que parcela significativa da população permaneceu em situação de vulnerabilidade social.

No campo da segurança pública, os resultados evidenciaram que Cabo de Santo Agostinho manteve elevados índices de Mortes Violentas Intencionais ao longo de todo o período analisado, apresentando taxas superiores às observadas em Pernambuco. Mesmo diante da expansão econômica e do aumento da riqueza produzida no município, a violência permaneceu em níveis elevados, demonstrando que o crescimento econômico, isoladamente, não foi suficiente para promover melhorias sociais capazes de reduzir de forma consistente a criminalidade.

Dessa forma, os resultados confirmam a hipótese central deste estudo. Embora o município tenha experimentado significativo desenvolvimento econômico, a persistência das desigualdades sociais mostrou-se um fator relevante para compreender a manutenção dos elevados índices de violência observados. Sob a perspectiva da Economia do Crime, os dados sugerem que a concentração dos benefícios do crescimento econômico e a

permanência de vulnerabilidades sociais podem contribuir para a reprodução de condições favoráveis à criminalidade.

Conclui-se, portanto, que políticas voltadas exclusivamente para a expansão econômica tendem a apresentar resultados limitados no enfrentamento da violência quando não são acompanhadas por ações efetivas de inclusão social, redução das desigualdades, ampliação do acesso à educação, melhoria das condições habitacionais e fortalecimento das oportunidades econômicas para a população mais vulnerável. Assim, o desenvolvimento econômico deve ser compreendido não apenas como crescimento da riqueza produzida, mas como um processo capaz de promover melhorias concretas nas condições de vida da população e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e menos violenta.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Atlas Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2026.

BECKER, Gary S. Crime and punishment: an economic approach. Journal of Political Economy, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169-217, 1968. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c3625/c3625.pdf> Acesso em: 04 jan. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/> Acesso em: 31 de mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 01 jun. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2026.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. Estatísticas Criminais de Pernambuco (MVI). Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br>. Acesso em: 02 jun. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Desenvolvimento Humano. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil>. Acesso em: 22 jun. 2026.

EHRLICH, Isaac. Participation in illegitimate activities: a theoretical and empirical investigation. Journal of Political Economy, Chicago, v. 81, n. 3, p. 521-565, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1831025> Acesso em: 04 jan. 2025.

SUAPE – Complexo Industrial Portuário. Institucional e indicadores econômicos. Disponível em: <https://www.suape.pe.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2026.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO (FUND AJ). Estudos sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape e desenvolvimento regional. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 28 mar. 2026.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2022. Disponível em: https://danielmorochoruiz.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/01/microeconomia_-_pyndick.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

SANTOS, V. M. Suape: um desafio para Pernambuco. Recife, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/50857924>. Acesso em: 06 de jan. de 2026.

BDE – BASE DE DADOS DE PERNAMBUCO. Disponível em: https://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/institucional_o_que_e_a_bde.aspx. Acesso em: 15 de jan. de 2026

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/morena-marques/formacao-social-do-brasil/Celso%20Furtado%20-%20Formacao%20Economica%20do%20Brasil.pdf> Acesso em: 10 de jan. de 2026

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/s5gx2/pdf/sousa-9786586221695-13.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2026

Firjan. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 28 de mar. de 2026.

IBGE – Censo Demográfico. Número de favelas e comunidades urbanas, segundo os Municípios. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9883>. Acesso em: 01 de jun. de 2026.

IBGE – Censo Demográfico. População residente em favelas e comunidades urbanas, por cor ou raça, sexo e grupos de idade, segundo as Favelas e Comunidades Urbanas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/9884>. Acesso em: 01 de jun. de 2026.